



ESCOLA DE  
HUMANIDADES

# CADERNO MARISTA DE EDUCAÇÃO

Caderno Marista de Educação, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-9, jan.-dez. 2021

<http://dx.doi.org/10.15448/2763-5929.2021.1.40480>

SEÇÃO: ARTIGOS

## O poder na educação pública e privada: costurando paradigmas históricos e contemporâneos sob o olhar foucaultiano

*Power in public and private education: sewing historical and contemporary paradigms under the foucaultian perspective*

**Tamara Otilia Amaral**

**Rosenblum<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-4782-0976](https://orcid.org/0000-0002-4782-0976)  
[tamaraamaralrosenblum@gmail.com](mailto:tamaraamaralrosenblum@gmail.com)  
[tamaraamaralrosenblum.com](http://www.tamaraamaralrosenblum.com)

**Ana Maria Heinrichs**

**Maciel<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-3425-1364](https://orcid.org/0000-0002-3425-1364)  
[ana.heinrichs@hotmail.com](mailto:ana.heinrichs@hotmail.com)

**Recebido em:** 25 mar. 2021.

**Aprovado em:** 17 jun. 2021.

**Publicado em:** 13 set. 2021.

**Resumo:** A temática do poder na visão foucaultiana transcende gerações, alimenta debates e é base para uma série de estudos em diferentes contextos. Embora Foucault não tenha se dedicado de forma exclusiva aos estudos na área da educação, a sua contribuição é notória e inegável. A sua visão inovadora instaura na sociedade uma nova reflexão sobre o tema, remetendo o indivíduo para um novo olhar, mais crítico e abrangente, sobre o poder nas instituições, no governo e a influência das relações estabelecidas na sociedade em que atuam. Assim, o presente artigo teve como objetivo identificar os paradigmas históricos e contemporâneos do poder na educação pública e privada no Brasil, de acordo com a perspectiva, as ideias e estudos foucaultianos. Por meio de uma revisão bibliográfica, abordaram-se os temas centrais das obras desse estudioso, envolvendo poder e disciplina, saber, governamentalidade e todo o contexto acerca da temática da educação, interpellando, em cada termo, os paradigmas que vêm desde o início dos estudos de Foucault até a contemporaneidade, inserindo-os no atual cenário da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Poder. Relações. Paradigmas de poder. Educação pública. Educação privada.

**Abstract:** The theme of power in the Foucaultian view transcends generations, feeds debates and is the basis for a series of studies in different contexts. Although Foucault did not dedicate himself exclusively to studies in the field of education, his contribution is notorious and undeniable. Its innovative vision introduces a new reflection on the subject in society, sending the individual to a new, more critical and comprehensive look at the power in institutions, in government and the influence of relations established in the society in which they operate. Thus, this article aimed to identify the historical and contemporary paradigms of power in public and private education in Brazil according to Foucault's perspective, ideas and studies. Through a bibliographic review, the themes of this scholar's works were approached, involving power and discipline, saber, governmentality, and the whole context around the education theme, addressing in each term paradigms that come from the beginning of Foucault's studies up to contemporary times, it is high in the current scenario of Brazilian education.

**Keywords:** Power. Relations. Power Paradigms. Public education. Private Education.

### Introdução

A Lei da Reforma Universitária, cujo intuito é verificar se os alunos que estão sendo formados nas faculdades estão adequados ou atendem às supostas necessidades de desenvolvimento do país propostas no modelo inicial de formação (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005), e a popularização do termo "reforma", utilizado como sinônimo para redução



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<sup>1</sup> Gerência Educacional (GE), Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

dos custos, já estão produzindo impactos na educação superior do Brasil. Assim, a disciplina e os parâmetros exigidos como meios de medir os resultados da educação de nível superior entram no contexto do poder analisado por Foucault, visto que o poder não pode ser dissociado do campo do saber (CRUZ; FREITAS, 2011).

As instituições de ensino, quando analisadas na perspectiva do poder disciplinar e dos métodos, remetem à problemática levantada por Foucault no campo educacional e a institucionalização da educação (GALLO, 2014). O ensino superior privado tem sido estimulado pelos governantes, sobretudo, pela implementação da Lei do Sistema Nacional de Avaliação Superior (Sinaes), na qual foram englobadas as faculdades privadas ou o Programa Universidade para Todos (ProUni), em que o estudante pode se matricular em faculdades privadas com bolsas de 50% a 100% pagas pelo governo (SGUISSARDI, 2006).

Com a institucionalização e a privatização do sistema educacional emergem uma série de questões de influência de origem nos primórdios das discussões foucaultianas, mas que são atuais na contemporaneidade (GALLO, 2014). As tensões e questionamentos quanto às ações e relações e jogos de poder, bem como os excessos de governo no campo da educação com objetivo de moldar indivíduos dentro de um conjunto específico de possíveis experiências e exigências, mas que impõe à sociedade integrar padrões conforme sua concepção, fazendo uma associação do ensino com suas estratégias de governo (CARVALHO, 2014).

De acordo com Pereira (2019), promover e estimular a aprendizagem são tarefas difíceis que demandam muito esforço, principalmente quando o espaço de convivência e implementação da educação se torna hostil, segregando as classes pobres e tornando-se um ambiente de reprodução das desigualdades sociais. Além disso, a ideia de promoção do saber como forma de resolver os problemas da sociedade é um pensamento do ensino moderno, focado em modelos, estando ligado ao saber como dispositivos de poder, de controle e normalização (ADAMS *et al.*, 2017).

Outro ponto que é exacerbado na educação superior diz respeito a critérios de avaliação da produção acadêmica ao produzirem um comportamento burocrático baseado na meritocracia pela quantidade produzida, garantindo assim, a legitimidade de progressão (SOUZA, 2019).

Todos esses elementos enlaçam-se nas tensões no processo de evolução do saber, estabelecendo relações de poder e disciplina na academia e na educação em geral. Foucault, em sua obra de 1979, relata que existe um jogo através das lutas e afrontamentos que formam cadeias ou sistemas, e que esse jogo se origina em estatais e, principalmente, no que tange às leis das hegemônias sociais. Corroborando, Silva Junior e Sguissardi (2005) citam que a educação tem sido utilizada como objeto político-administrativa por diversos representantes, por via de leis ou com o intuito de limitar o crescimento do setor público, fortalecendo, em contrapartida, a expansão do setor privado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005).

A realidade da educação brasileira é apresentada aos governos passados e atuais como um desafio complexo e emergente. A temática ganha espaço nas agendas governamentais, entretanto, o processo de educar carece de mais efetividade e planejamento. Contudo, o acesso à educação básica, mais precisamente o ensino fundamental, foi ampliado (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). As definições acerca da conceitualização da educação ainda são perenes e, neste contexto, Foucault problematiza sobre os dispositivos disciplinares utilizados para ampliação da eficiência educacional (CRUZ; FREITAS, 2011; BRÍGIDO, 2013).

Alguns autores definem a educação como as etapas do aprendizado, para outros, a educação deve ser entendida como um espaço diversificado no intuito de atender a diversos atores, dinâmicas formativas, entre outros processos efetivados por um tutor. Todavia, esta conceitualização leva a delinear relações de poder e subordinação (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). Neste sentido, esta pesquisa entende educação como um elemento que constitui e é constituinte de relações amplas, no intuito de transformar as relações sociais (CRUZ; FREITAS, 2011; DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

A concepção estratégica governamental sobre a ampliação do ensino privado com recursos estatais é identificada no desdobramento de poder segundo Foucault, sendo duas esferas deste: a) relações de dominação, visto que este é um dos recursos do Estado, a luta por uma parte do poder político através da dominação; b) técnicas de governo (SANTOS, 2016; BIANCHI, 2014). Nesse cenário, é perceptível que as escolhas governamentais, sejam elas por meio de leis ou técnicas, estão sendo embasadas em propósitos que não visam a qualidade do ensino em si, e sim com o intuito de atender a outras finalidades (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2005; BORSOI, 2012).

A reflexão entre o sujeito e as relações de poder, na qual o indivíduo influencia nas estruturas sociais por meio das relações de poder estabelecidas, distribuídas e aceitas pela sociedade que é governada minuciosamente e indelevelmente pelas formas mais sutis de poder, evolui para os diversos setores de uma sociedade (AQUINO, 2019). No processo educacional, estas relações também são observadas, entretanto, de maneira mais sutil, mas não menos dominadoras, ao passo que rotineiramente passam despercebidas pela sociedade.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo identificar os paradigmas históricos e contemporâneos do poder na educação pública e privada no Brasil de acordo com a perspectiva, as ideias e estudos foucaultianos. Por meio deste estudo, procura-se promover reflexões sobre a educação envolta em um ponto de vista crítico da realidade educacional, a qual se possibilitam novas perspectivas que contribuam na melhoria do processo dentro das intuições promovedoras do saber.

## 1 A educação no Brasil

A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à educação e exigiu a garantia da presença de crianças e adolescentes na escola. Assim, iniciou-se o processo de inclusão de milhares de crianças no âmbito escolar da escola pública e privada brasileira (PEREIRA 2019). Entretanto, Trindade (2000) assegura que, quando se compara a realidade do ensino básico a outros países da América do Sul, observa-se um déficit secular

na história educacional brasileira.

Um dos motivos desta desanimadora realidade está relacionado à crise na educação brasileira, visto que, atualmente, existe um desinteresse pelo conhecimento acadêmico, que pode ser explicado através da falta de respeito com o professor, consumismo exacerbado e alunos que não se submetem às regras do espaço educacional (LIMA; REZENDE, 2013). Brígido (2013) corrobora com essa justificativa relatando que Foucault abordou em sua obra um declínio na autoridade moderna, ou seja, a identificação que os alunos tinham com os seus professores é baixa ou quase inexistente.

Entretanto, o desrespeito às regras e aos professores possuem causas muito mais profundas, podendo estas serem de ordem de doença ou econômica (LIMA; REZENDE, 2013). Quando são citados problemas de ordem econômica, logo se associa que a educação básica particular não sofre dos mesmos males, pois, Sguissardi (2006) relata que existe um incentivo à educação superior privada. Peroni *et al.* (2009) acrescentam ainda que o incentivo à educação privada é algo que ocorre desde a educação básica.

[...] racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, por meio da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI *et al.*, 2006, p. 14).

Existe um estímulo para que a educação seja desempenhada e desenvolvida de modo privado ou pelo terceiro setor. Ainda de acordo com o trecho acima, o poder das instituições públicas é considerado menor, visto que estão à mercê de pressões populistas.

Na Figura 1, foi exemplificado a forma gradual que este estímulo a educação superior privada vem ocorrendo com o passar dos anos, ampliando o acesso as faculdades, entretanto, o incentivo está destinado para as organizações privadas.

**Figura 1** – Leis Ensino Público e Privado

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2021).

A dicotomia entre poder em instituições de ensino público e privado fica acentuada quando analisadas pela perspectiva de Trindade (2000), que observa certa incoerência na autonomia universitária em relação às instituições públicas federais quando comparadas às instituições privadas, pois para uma há controles rígidos enquanto para a segunda não há qualquer controle governamental.

No intuito de responder a falta de controle nas instituições privadas, a Reforma do Estado nos anos 1990, realizada na gestão do ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, aborda três pilares como forma de aumentar a governança e a governabilidade: privatização (empresa estatal vira privada), publicização (organização estatal vira organização de direito privado, pública não estatal) e terceirização (transferência de serviços auxiliares para o setor privado) (BRESSER-PEREIRA, 1998). Nesse cenário, a educação seria de competência das organizações públicas não estatais, ou seja, conforme Peroni *et al.*, (2006), o incentivo ao terceiro setor irá permanecer e uma das consequências disto é que as instituições de ensino público permanecem a serem vistas como ineficientes ocasionando uma perda de poder perante a população.

Não obstante, na educação superior brasileira, a problematização está ligada à política pública

da educação, ao passo que para expansão da educação adotaram-se parcerias com o ensino privado. A Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, por exemplo, vem instituir normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (BRASIL, 2004). De acordo com Trindade (2000), a lei mencionada permitiu maior acesso ao ensino superior, por meio de programas e políticas públicas de ingresso à educação, expandindo o acesso às instituições privadas, as quais demonstraram um aumento percentual no número de novas matrículas de 35% em relação de um ano a outro.

Conforme menciona Trindade (2000), a democratização do acesso à educação superior no Brasil se deu por meio de ingresso ao ensino privado, que no entanto, demonstra ser de baixa qualidade e pago pelo governo, ou seja, o acesso à educação superior realmente foi ampliado ao longo dos anos, contudo, esse processo ocorreu de forma desigual, permitindo somente acesso às instituições do poder privado que não conseguem atingir a mesma qualidade da educação superior pública, que continua sendo um privilégio para poucos.

Nesse panorama, é vislumbrada a situação abordada por Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), que citam que a educação básica de "qualidade" é delegada ao setor privado ou terceiro setor, e a educação superior de "qualidade" fica a cargo do estado. Entretanto, é preferível que a população acesse a educação superior privada. Enquanto nas instituições públicas, a qualidade do ensino superior é consolidada e respaldada pela capacidade produtiva, visto que é notoriamente responsável por 90% da pesquisa científica e tecnológica do país, apoiada por agências de financiamento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), resultando na profissionalização do sistema federal (TRINDADE, 2000).

A ampliação de números de matrículas ocorre exponencialmente no setor privado. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) mostram que,

nos anos 2000, 36,9% das matrículas na educação superior eram em instituições públicas. Em contrapartida, 63,10% foram realizadas em instituições privadas/independentes. Corroborando com os dados levantados, Pinto (2004) ressalta que o modelo de expansão da educação básica e superior realizado no Brasil é originário da Reforma Universitária de 1968 e intensificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que teve como fator principal a abertura aos agentes de mercado. Porém, esta mudança não foi capaz de resolver a questão da desigualdade econômica do país ao acesso à educação, nem tampouco resolveu o problema, ao contrário, acentuou-o, produzindo privatização e mercantilização sem precedentes, ocasionando graves consequências na qualidade e equidade do ensino ofertado.

Na atualidade, o que se observa remete à desconstrução de educação pública superior, à medida que a ascensão do poder do governo e a guerra cultural tem o intuito de desacreditar as universidades públicas como promovedora do saber, produtoras de ciência e tecnologia qualificadas. E o que se vê é uma tentativa de concentrar o poder e promover o autoritarismo governamental, impondo suas posições por meio de regras formais (SANTOS; MUSSE; CATANI, 2020). Esse cenário nos remete à analogia do panóptico citado por Foucault (1987, p. 226). Embora se tenha certa "liberdade", a inspeção e a vigia são contínuas e "não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas".

Deve-se analisar as políticas implementadas e entender os diferentes aspectos de cada ponto destacado para, assim, buscar soluções que sejam benéficas à sociedade, sem prezar por jogos de poder. Para tanto, é necessário que todos os grupos envolvidos participem do debate (governo, comunidade universitária e sociedade) para propor alternativas que tornem possível medidas responsáveis e éticas para garantir o futuro da universidade (TRINDADE, 2000).

## 2 Relações de poder na literatura e os seus conceitos

Os estudos foucaultianos são divididos em três grandes domínios, direcionados ao "ser-saber", ao "ser-poder" e o "ser-consigo". Este estudo usa como base o "ser-poder", direcionada na perspectiva de entendimento da verdadeira essência por trás das relações de poder a que está sujeito o indivíduo ao estabelecer as redes objetivadas no poder (VEIGA NETO, 2007). Um dos principais retratos literários nesse sentido é identificado em *Vigiar e punir* que aprofunda o entendimento neste aspecto.

O estudo do sujeito e as relações de poder são pesquisados por Michael Foucault desde a década de 1970, evidenciando as diferentes formas de exercício do poder desde seu período de origem até a modernidade, quando grupos de minorias procuram ascender aos diferentes grupos sociais por meio de revoltas e contestações, como forma de garantir sua legitimidade frente ao poder disseminado (PASSOS, 2013).

Destarte, o poder é perpetuado entre e através dos indivíduos, na visão foucaultiana o poder divide-se em uma esfera maior, sendo este o poder disciplinar, que pode ser caracterizado como o adestramento dos corpos no intuito da multiplicação das forças com o propósito de produzir mais valores monetários (BRÍGIDO, 2013). De acordo com Foucault (1987, p. 165), os processos disciplinares estão dispostos nos diversos locais de convivência da sociedade e "as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação".

O poder normativo se enquadra em uma consequência do poder disciplinar, ou seja, a aplicação de uma punição com o objetivo de corrigir comportamentos inadequados que precisam ser corrigidos, na educação podemos exemplificar o poder normativo da seguinte maneira: o aluno que fica sem o período do recreio/intervalo visto que não realizou a tarefa de casa (LIMA; REZENDE, 2013)

No exemplo acima foi utilizado o mecanismo de uma sanção normalizadora com o intuito de punir o comportamento heterogêneo do sujeito-



-aluno. O mesmo ocorre em cenários institucionais. Entretanto, o foco não está nos processos disciplinares e sim em torno de um termo não muito comum no vocabulário, que Foucault utiliza com veemência em suas pesquisas, denominada como governamentalidade (AQUINO, 2019; GALLO, 2014). De forma sintetizada, Maia (1995, p. 101), descreve o termo como a arte de governar, na qual frisa a razão de Estado [...] como articuladora da análise política no sentido de racionalidade da atuação estatal.

A noção de governamentalidade está relacionada às práticas modernas de educação, vistas como excessos de governo, discutindo os efeitos de tais práticas na construção do indivíduo e a implicação na possibilidade de não ser governado (GALLO, 2014).

### 2.1 Poder e educação no ensino básico e superior

Foucault desenvolveu um pensamento transversal, sua contribuição foi notória. O movimento por ele criado instaura na sociedade uma nova reflexão sobre o tema poder na educação e qual a sua relação com o plano dos governos, trazendo não somente uma reatualização, mas também uma renovação e reativação de discursos. Tal movimento vem a produzir novos discursos no interior da sociedade, os quais não tem o objetivo de serem fiéis às ideias originais do tema, mas sim, ampliar o horizonte do estudo (GALLO, 2014).

Carvalho (2014) explica que as relações entre educação e estratégias de governamentalidade se referem à condução de um indivíduo a uma finalidade, para a qual sempre existem estratégias e mecanismos normalizadores já moldados. E quem ativa os mecanismos é quem governa, neste caso, o professor, obedecendo a hierarquia de governo.

A concepção de governamentalidade levantada por Foucault induz a refletir a respeito da inequívoca associação das estratégias de governo com a educação, cujo único intuito tende a formar indivíduos que façam sentido às estratégias da nação, obedecendo a uma multiplicidade e conjunto de saberes ali consolidado (CARVALHO, 2014).

Em relação ao ensino superior, de acordo com Adams *et al.* (2017), as concepções de Foucault são mais agressivas, uma vez que estes são os locais privilegiados de produção e difusão dos saberes, e sua crítica ao reproduzir os modelos vigentes levantando questionamentos sobre o papel do saber que o pesquisador anuncia no seu fazer. E aqui cabe uma das principais críticas que são levantadas ao papel do educador, que se torna a própria instituição, ou a própria estratégia de governo, ao desempenhar o seu papel, tendo como verdades absolutas aquelas propostas dentro do modelo de nação elaborado pelo governo. (CARVALHO, 2014).

No Brasil, a formação de discentes em seu processo inicial contém lacunas, principalmente por silenciar aquele que se encontra em formação diante daquele já tomador do saber e está ali para transmitir o que o outro deve aprender para o exercício profissional (PEREIRA, 2019). Em síntese, Trindade (2000) faz uma relação direta entre conhecimento e poder, pois estes inserem-se na sociedade nos diversos níveis. Entretanto, ressalva-se que o problema da coisa pública recai sobre as universidades e a sua missão social, mas que elas também vêm de um jogo de poder "[...] que uma instituição pública não pode se deixar dominar pela lógica do mercado ou do poder [...]", ao qual discute-se a autonomia universitária (TRINDADE, 2000, p. 127).

Há uma distribuição de jogos de poder sobre o indivíduo que podem interferir na construção de si mesmo. Na academia brasileira, por exemplo, há uma prepotência pela produção acadêmica, como que um sistema de produção em massa, que leva docentes e discentes a constante exigência pela inovação, causando o adoecimento (ADAMS *et al.*, 2017). Referente a isso, insere-se o termo denominado "normose acadêmica", visto que é a doença da academia atual, remetendo a inibição da capacidade intelectual produtiva através da burocratização e normalização da produção científica, tornando-a improdutiva (SOUZA, 2019).

Na concepção de Pereira (2019), muitas vezes, quem ensina possui uma titulação acadêmica, mas não passou pela docência para educação

básica e a comunicação é deficitária, o que resulta no não aprendizado dos licenciandos. Assim, na visão produtivista da universidade brasileira, que realiza seleções baseadas em uma produção quantitativa de artigos em vez de considerar aspectos didáticos, “[...] ensina-se como pode e aprende-se como é possível” (PEREIRA, 2019, p. 4).

A produção acadêmica no Brasil sobre a educação baseada no pensamento de Foucault é dividida em três momentos. Inicialmente na década de 1980, mencionam-se pesquisas e publicações com foco no disciplinamento. Posteriormente, volta-se para o conceito de governamentalidade e a implicação desta na educação, e, por último e mais recente, remetem a pesquisas em torno das noções de cuidado de si e o modo de dizer a verdade, em relação à problemática da educação (GALLO, 2014).

### Considerações finais

Buscou-se neste artigo analisar as perspectivas da problemática levantada por Foucault trazendo exemplos históricos e contemporâneos. Constatou-se que a governamentalidade, exposta por Foucault, está presente em todas as esferas da educação, entretanto não em sua conceituação pura.

Tal diagnóstico foi possível de ser realizado a partir do histórico das leis que originaram a Reforma Universitária, bem como a Reforma do Estado. A lei da LDB, aprovada durante a gestão ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-ministro Bresser, sendo o último autor da Reforma do Estado, serviram de pilar para esta análise.

Diante disso, observa-se uma nova forma de poder na educação brasileira, o poder normativo, no qual os sujeitos, alunos, são considerados objetos de um poder ainda maior, o poder da governamentalidade, ou seja, os objetos estão a serviço dos propósitos e estratégias do governo, não no que tange a sua educação, conforme conceituação de Foucault, mas no que diz respeito ao seu “passe” para utilização do dinheiro público para expansão da iniciativa privada.

Ou seja, o estudante tem assegurado o seu direito (ou “passe”) para frequentar a educa-

ção básica, porém, este direito será estimulado governamentalmente a ser realizado no setor privado. Isso ocorre pelo fato de que as instituições públicas relacionadas ao ensino básico, não usufruem de poder legitimado pela população, que a categoriza como ineficiente, visto a racionalização dos recursos realizado pelo governo. O mesmo ocorre com a educação superior, houve/há ampliação ao acesso à educação superior no país, entretanto este acesso deverá ocorrer em instituições privadas, visto as leis governamentais de incentivo, a este processo conceituamos neste artigo como “passe”.

Já no contexto de relações de poder e a influência sobre um ou outro, pode-se observar que, embora ocorra o exercício de poder por parte do Estado sobre todo o sistema educacional, existe um jogo entre Estado e universidades, sob o qual ocorre a busca incansável pela autonomia universitária. O jogo do Estado consiste em manipular a legalidade e a autonomia das universidades públicas, punindo-a com leis, reformas e total controle e redução orçamentária, para assim manter a submissão da mesma as condições impositivas e a governamentalidade estratégica de governo.

A dinâmica da relação entre ambos possui tensões que, na atualidade, estão ainda mais evidenciadas, visto que nas universidades, em meio a toda a problemática do poder, desenvolve-se também o lado bom do poder, o qual se constitui na formação do saber do indivíduo humano e nas relações que venham enaltecer e contribuir na melhoria da sociedade. Para o governo é interessante manter total controle, desviar o foco da importância e da credibilidade das instituições públicas de ensino superior. Afinal, esse é um campo minado de possibilidades de geração e manutenção de relações de poder, cujas manipulações podem ser mantidas e dominadas pelo Estado. Como o próprio Foucault já debatia em seus estudos, o saber produz poder.

E assim, a hierarquia de poder acontece em todas as relações. A exemplo, nas relações instituição-docente, docente-discente, e ainda nas relações entre os próprios discentes, hora em relação ao saber, hora em relação a questões sociais/cultu-

rais/raciais, hora em construção de si mesmo. Ou seja, todas os indivíduos exercem poder ao mesmo tempo em que sofrem o exercício do poder nessa rede que engloba o sistema da educação, independente do papel social que ocupam.

## Referências

ADAMS, E. *et al.* Crítica aos saberes: Considerações de Michel Foucault ao Ensino Superior. *Di@logus*, Cruz Alta, v. 5, n. 3, p. 3-13, 2017.

AQUINO, M. G. Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 448-459, jul./set. 2019. <https://doi.org/10.1590/1679-395173587>.

BRASIL. *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2004 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm). Acesso em: 23 fev. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [S. l.], n. 45, p. 49-95, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>.

BRÍGIDO, E. Michel Foucault: Uma Análise do Poder. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 56-75, 2013.

BIANCHI, A. O conceito de estado em Max Weber. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 92, p. 79-104, ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452014000200004>.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i1p81-100>.

CARVALHO, A. F. Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 103-120, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200006>.

CRUZ, P. A. S.; FREITAS, S. A. de. Disciplina, controle social e educação escolar: um breve estudo à luz do pensamento de Michel Foucault. *Revista LEVS*, Marília, [S. l.], n. 7, p. 37-49, 2011. <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2011.v7n7.1674>.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Education quality: perspectives and challenges. *Cadernos CEDES*, [S. l.], v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>.

FOUCAULT, M. *Anuário do Collège de France (1974-1975)*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *A vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987. Do original em francês: *Surveiller et punir*.

GALLO, S. O 'Efeito Foucault' em Educação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 15-21, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200001>.

LIMA, N. L. de; REZENDE, A. O. O poder normativo nas escolas e seus efeitos sobre os sujeitos. *Estilos da Clínica*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 34-52, 2013.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo social*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, out. 1995. <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85208>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. *Resultado do Estudo Internacional – Pisa 2000*. [S. l.], 2001. Disponível em: <https://www.oecd.org/portugal/33685403.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PASSOS, P. I. C. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: *Poder, normalização e violência – Incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 7-22. Disponível em: <https://integranda.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381987/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PEREIRA, D. da S. Docência, escola e escolarização – uma entrevista de Michel Foucault para a Periscope em 1975. *Horizontes*, Itatiba, SP, v. 37, p. e019022-e019022, jun. 2019.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300007>.

PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. *Dilemas da Educação Brasileira em Tempos de Globalização Neoliberal: entre o Público e o Privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v19n2/v19n2a11.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PINTO, J. M. de R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade*, [S. l.], v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300005>.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Foucault. *Especiaria- Cadernos de Ciências Humanas*, Santa Cruz, v. 16, n. 28, p. 261-280, 2016.

SANTOS, M. R. S. dos; MUSSE, R.; CATANI, A.M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsionarismo em ação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, p. 1-19, 2020.

SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, São Carlos, n. 29, p. 5-27, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200002>.



SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300018>.

SOUZA, R. S. de. Normose acadêmica: como superar a 'doença da normalidade' na Universidade. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 451-474, 2019.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000300013>.

VEIGA NETO, A. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=MV\\_BDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=MV_BDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: jan. 2020.

---

### Tamara Otilia Amaral Rosenblum

Especialista em Finanças e Controladoria pela Universidade Ritter dos Reis (Uniritter), em Porto Alegre, RS, Brasil. Bacharel em Administração pela Universidade Ritter dos Reis (Uniritter), em Canoas, RS, Brasil. Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, RS, Brasil.

---

### Ana Maria Heinrichs Maciel

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Palmeira das Missões, RS, Brasil. Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, RS, Brasil.

---

### Endereço para correspondência

Tamara Rosenblum

Colégios e Unidades Sociais da Rede Marista | Gerência Educacional

Rua Irmão José Otão, 11, 2º andar – Sala da Coordenação Administrativa

Bom Fim, 90035-060

Porto Alegre, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação*